

Era da finança, mas não do “sujeito automático”

Eleutério F. S. Prado¹

Joseph Choonara, na introdução de uma resenha que fez do livro *Lucrando sem produzir* (2013) de Costas Lapavitsas, distinguiu duas interpretações marxistas da crise de 2008 e da longa recessão que se seguiu a ela:

No corpo mais substantivo da literatura marxista que emergiu no despertar da crise econômica iniciada em 2007-2008, duas largas posições se tornaram evidentes. A primeira enfatiza que a crise irrompeu como resultado de tendências de longo prazo do processo capitalista de produção, em geral como foco num declínio da taxa de lucro nas décadas do pós-guerra, o qual não foi totalmente revertido subsequentemente. (...) A segunda posição se concentra especificamente na dimensão financeira da crise, tipicamente minimizando a tendência de declínio da taxa de lucro. O escrito aqui resenhado confirma que seu autor, Costas Lapavitsas, figura como um dos mais populares e intelectualmente sofisticados representantes dessa última posição. (Choonara, 2014).

Choonara escolheu um título irônico para encabeçar a sua resenha: pois o livro, segundo ele, tinha por objeto o advento de uma “era da finança” após o término da assim chamada “era de ouro” do capitalismo (que compreende grosso modo os anos entre 1945 e 1973, os quais costumam também ser cognominados de “trinta gloriosos”). Ao longo da resenha, este autor desenvolve uma crítica às teses de Lapavitsas, mas não investiga o seu fundamento metodológico. Ora, é precisamente sobre esse ponto que versa a nota que aqui se envia para os eventuais leitores. E ela visa descobrir em especial a sua compreensão de sistema econômico.

Tal como seu crítico, Costas Lapavitsas também considera que existem duas linhas de explicação para o grande desastre de 2008 e se preocupa em censurar aquela que se centra na queda da taxa de lucro.² Segundo ele, esta última não apreende bem – veja-se – a complexidade das interações entre os agentes que habitam o sistema econômico capitalista.

É enganoso interpretar a financeirização como uma fuga do capital para a esfera das finanças em busca de lucros (possivelmente especulativos) mais altos. Na verdade, a financeirização tem sido caracterizada pelo crescimento mais rápido da circulação em comparação com o crescimento da

¹ Professor titular aposentado da FEA/USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br. Blog na internet: <https://eleuterioprado.wordpress.com/>.

² Lapavitsas apresenta o seu estudo em oposição, às vezes relativa, à diversas correntes marxistas e mesmo não marxistas. Aqui apenas se considera a sua oposição à corrente que conecta a existência de superacumulação com a elevação da composição orgânica do capital, com a elevação histórica das atividades improdutivas que consomem mais-valor e com uma certa incapacidade do capitalismo contemporâneo em destruir capital nas crises. Ele próprio aponta Chris Harman e Alex Callinicos como autores que defendem e sustentam esse tipo de posição teórica. (Lapavitsas, 2013, p. 25).

produção, mas essa assimetria é resultado das interações ‘financeirizadas’ entre os agentes fundamentais da economia capitalista. O fenômeno socialmente emergente é altamente complexo e não pode ser interpretado como resultante de uma evasão dos capitalistas não financeiros dos baixos lucros na esfera da produção. (Lapavitsas, 2013, p. 36).³

Aqueles que endossam a “tese da fuga para frente do capital” admitem que o impulso principal para a financeirização decorre da existência de superacumulação de capital na esfera da produção de mercadorias. Supõem, assim, que parte do capital aí gerado como novo não pode ser aí reaplicado por causa da falta de rentabilidade. Pois, superacumulação significa simplesmente que há excesso de capital frente ao volume de lucro que pode vir a ser gerado. Há, pois, parcelas de capital que, se investidas na produção mercantil, produziram um lucro industrial (isto é, o lucro menos o juro) nulo ou mesmo negativo.⁴ E, nesse caso, arriscam-se a ficar ociosas se não são capazes de encontrar alguma outra aplicação rentável.

Parte do capital, portanto, não é reinvestida para manter o nível corrente de produção ou para fazê-lo crescer. Como a contenção do investimento produz um excedente monetário que não quer deixar de ser capital, ele passa a ser investido na esfera das finanças, ou seja, transforma-se em capital de empréstimo⁵, passando então a existir como capital fictício. E, nessa forma, podem financiar gastos dos governos, consumos privados ou mesmo investimentos especulativos dos próprios capitalistas, sem retornar diretamente à produção de mercadorias.

Ora, essa tese encontra apoio em *O capital*. No terceiro capítulo da seção III (composta, como se sabe, por três capítulos) do Livro III em que Marx trata da lei da queda tendencial da taxa de lucro encontra-se uma de suas fontes:

Enquanto a taxa de valorização do capital total, taxa de lucro, é o aguilhão da produção capitalista (assim como a valorização do capital é seu único objetivo), sua queda torna mais lenta a formação de novos capitais independentes e, assim, aparece como ameaça ao desenvolvimento do processo de produção capitalista; tal queda promove a superprodução, a especulação, as crises e o capital supérfluo, além da população supérflua. (Marx, 2017, p. 281-282).

Lapavitsas, entretanto, considera “problemático” assumir que o impulso da financeirização “reflete uma lucratividade mais alta na esfera das finanças em comparação com aquela obtida na esfera da produção”:

³ É interessante neste ponto indicar que, para Lapavitsas, a “financeirização importa numa transformação sistêmica das economias capitalistas avançadas centrada em mudanças nas condutas subjacentes das empresas não financeiras, bancos e famílias”. Adota, pois, uma perspectiva descritiva que apresenta amplamente em seu livro, mas também resumidamente, por exemplo, na primeira seção do segundo capítulo. (Lapavitsas, 2013, p. 15).

⁴ Segundo o próprio Marx, haveria “uma superprodução absoluta de capital” quando “o capital incrementado $C + \Delta C$ não produziria um lucro maior, mas apenas igual ou até mesmo menor que o lucro do capital C antes de seu incremento por meio de ΔC ”. (Marx, 2017, p. 291).

⁵ Ou seja, nos termos de Marx, em capital portador de juros, forma esta que subsiste fora da produção como capital fictício.

Essa suposição contraria os princípios básicos da economia política marxista⁶ no que concerne à determinação da taxa de lucro e mais particularmente com referência à remuneração do capital de finanças. Não há dúvida de que o crescimento dos lucros financeiros é uma característica proeminente da financeirização, mas as causas desse fenômeno não devem ser confundidas com a lucratividade relativa do capital de finanças. (Lapavitsas, 2013, p. 37).

Pois sim! Esta afirmação de Lapavitsas parece fazer sentido apenas porque ele não leva em justa consideração o argumento daqueles marxistas que consideram correto raciocinar sobre as flutuações e os entraves da acumulação de capital com base na tendência decrescente da taxa de lucro. É, pois, verdade que a taxa de lucro não pode ser menor, normalmente, do que a taxa de juros, mas as taxas de lucro dos investimentos possíveis podem ser, sim, menores do que a taxa de juros. E, nesse caso, quando isto acontece, a acumulação de capital real pode se converter em acumulação de capital fictício na esfera das finanças. É certo, como diz, que, com a financeirização, uma parte maior da renda passa a fluir pelos canais financeiros, mas também é verdade que, mediante o crescimento no tempo das dívidas, ganhos podem ser diferidos no tempo sem que sejam de imediato realizados.

Mas como, então, Lapavitsas explica o advento da financeirização, um processo que se espalhou pela economia mundial a partir dos anos 70 do século passado? Para descortinar o seu modo de explanar a chegada desse fenômeno, é preciso, primeiro, verificar o que ele entende por sistema econômico e por abordagem sistêmica das finanças. Não é inócuo que ele o defina, em oposição à teoria neoclássica que o pensa como um mero agregado de ações individuais, como um sistema bem integrado de interações sociais:

A corrente principal da teoria econômica não oferece uma abordagem teórica da esfera das finanças como [parte de] um sistema – como [componente de] um conjunto ordenado de relações que contém em si interações associadas à produção e à circulação de bens e serviços. (Lapavitsas, 2013, p. 106).

A economia política marxista, ao contrário, é capaz – segundo ele – de “mostrar o caráter sistêmico das finanças” já que ela apreende o mundo econômico real como um “sistema integrado” que evolui historicamente com base na ação humana, individual e social. E, nessa perspectiva, toma as finanças como um componente não autônomo do sistema econômico, o qual se encontra propriamente nucleado na produção de bens e serviços.⁷ Tem ela, pois, uma função complementar, ainda que essencial, aos desempenhos que ocorrem no núcleo do sistema econômico. Eis o que diz:

A esfera financeira apresenta um paradoxo, o qual cria problema complexos para a economia política. Em poucas palavras, as relações econômicas-chaves que fornecem conteúdo às finanças não se encontram nas

⁶ Note-se aqui – e isto é bem importante – que Lapavitsas fala em “economia política marxista” e não em crítica da economia política como é correto.

⁷ Lapavitsas – é importante notar – emprega sistematicamente os termos “bens e serviços” para se referir ao que Marx denomina, no contexto, de mercadorias.

próprias finanças, mas no resto do sistema econômico. O paradoxo é que os processos financeiros, mesmo se muito complexos, não criam por eles mesmos um sistema. A emergência do sistema financeiro se deriva em última análise das relações características da esfera da produção, da troca e da distribuição de bens e serviços. (Lapavitsas, 2013, p. 107).

Depois de introduzir o eventual leitor à concepção de sistema econômico mantida por Lapavitsas, torna-se possível entender como ele explica o advento da financeirização. Eis que se trata, sobretudo, segundo ele, de uma fase sistêmica no desenvolvimento do capitalismo. Pois, o capitalismo enquanto um sistema social evolui por meio das ações dos agentes econômicos, estando essas ações moldadas e condicionadas por toda uma superestrutura que eles próprios constantemente criam e recriam, provavelmente sem plena consciência do que fazem. Em suas próprias palavras:

A financeirização é resultado de um processo histórico que ocorreu no mundo a partir dos anos 1970; decorreu ela de um período de mudança do modo de produção capitalista que trouxe transformações sistêmicas nas economias maduras com amplas implicações para as economias em desenvolvimento. (...). As raízes da financeirização devem, pois, ser encontradas no processo molecular da acumulação capitalista, a saber na mudança de conduta das empresas, bancos e trabalhadores. (...). Ademais, a compreensão teórica da financeirização deve reconhecer explicitamente os desenvolvimentos das instituições, das lutas políticas, dos sistemas legais, ideologias e mesmo atitudes culturais durante o período relevante. (Lapavitsas, 2013, p. 169-171).

A compreensão da financeirização nessa perspectiva fortemente descritiva, como é bem óbvio, requer um longo esforço para examinar empiricamente o material histórico, mantendo firme uma perspectiva teórica que ele diz ser o “materialismo dialético” tal como foi formulado por Lenin. De qualquer modo, antes de mostrar claramente as deficiências teóricas dessa abordagem historicista⁸, vale a pena anotar como ele mesmo resume o seu trabalho:

Sendo mais específico, em termos históricos, a financeirização emerge nos anos 1970, ao fim de um período de excepcional crescimento e de elevação das rendas, o qual se seguiu ao término da II Guerra Mundial. O longo *boom* do pós-guerra diferiu bastante do que ocorreu no período do imperialismo, que levou à I Grande Mundial e que chegou ao fim com a II Guerra Mundial. Os impérios formais foram abolidos, as economias nacionais foram dominadas pela produção e pelo consumo de massa, a demanda agregada passou a ser administrada, as exportações de capital foram limitadas, prevaleceram os controles sobre as finanças domésticas e

⁸ “Um dos elementos básicos do historicismo (...) consiste num certo retorno à *problemática do sujeito*. Os seres humanos são tomados usualmente como *produtos maleáveis da história*. (...). Há [segundo ele] uma característica da natureza humana que não é historicamente mutável de modo algum, a saber, que esta ‘*natureza*’ humana tem sempre o poder de alterar e controlar as estruturas e as instituições históricas” (Milios e Sotiropoulos, 2009, p. 135). Aqui, no entanto, não se quer escapar do historicismo – justamente assim criticado – para cair no estruturalismo, isto é, na redução da agência à mera manifestação da estrutura de relações sociais. Ao final, isto será mostrado.

internacionais e, sobretudo, ancorou-se o dinheiro mundial no ouro por meio do Acordo de Bretton Woods. Durante esse longo *boom*, o crescimento das economias maduras manteve-se forte e as rendas reais dos trabalhadores subiram junto com ele.

O período da financeirização, em contraste, foi marcado pela incerteza e pelo fraco crescimento das economias capitalistas maduras, o qual esteve ainda marcado por crises econômicas repetidas, nenhuma delas, entretanto, tão severa quanto aquela que começou em 2007. A base material da acumulação assentou-se em mudanças tecnológicas profundas no processamento da informação e nas telecomunicações. O arcabouço institucional, legal, político e ideológico, de outro lado, foi largamente determinado pelas políticas neoliberais que substituíram o keynesianismo prevalecente nos anos do pós-guerra. O neoliberalismo proveu a ideologia do período da financeirização, o guarda-chuva sob o qual a ascensão das finanças pode ocorrer. A financeirização atuou para promover uma desregulação sistemática dos mercados de trabalho e do sistema financeiro, a qual, em ambos os casos, resultou de ação intencional feita pelo Estado. A financeirização seria impensável sem a sistemática intervenção estatal na economia. E ela se efetivou por meio do comando estatal do dinheiro nacional, com base em ações do banco central.

Como foi visto, Lapavistas pretende apenas trabalhar no que chama de economia política marxista. Para tanto, esforça-se para combinar teoricamente uma compreensão sistêmica da esfera econômica da sociedade com uma versão consagrada do materialismo histórico. O sistema econômico, para ele, desenvolve-se na história passando por fases cada vez mais complexas. Ora, o que está ausente nesse modo de pensar quando se o compara com o do próprio Marx?

É preciso ver que Lapavistas trabalha na perspectiva de um individualismo metodológico aprimorado que é compatível com uma análise de sistema também sofisticada, pois este é entendido meramente como sistema constituído por interações. As relações sociais que formam a sua trama (por exemplo, as relações entre trabalhadores e capitalistas) demarcam posições e, assim, permitem que determinadas interações sejam possíveis. Eis que os agentes econômicos não são tomados como átomos já que os seus comportamentos estão condicionados pelas instituições, ideologias, etc. Nota-se, também, que não são considerados apenas como indivíduos, mas como indivíduos sociais, seres que detém posições e papéis sociais determinados, isto é, como trabalhadores, capitalistas financeiros, capitalistas industriais, etc. Os agentes assim concebidos são produtos da história que fazem a história; segundo Lapavistas, eles se encontram condicionados por superestruturas que eles próprios criaram no passado e constantemente criam no presente.

Entretanto, como vai-se argumentar, há em Marx uma negação determinada da agência humana que é muito mais radical em relação àquela apresentada por Lapavistas já que os “agentes”, para ele, existem objetivamente entre aspas; isto é, como meros suportes das relações sociais.

Ora, na medida em que o conceito de sistema aparece em Marx para se referir ao capitalismo, ele é empregado criticamente. Pois, faz referência a uma estruturação

de relações sociais historicamente específica, as quais determinam não apenas a natureza do sistema como um todo, mas também balizam o modo de se comportar dos “agentes” que o compõem; “agentes” estes, aliás, que se encontram de fato agenciados pelo próprio sistema econômico da relação de capital. Eis que no modo de produção capitalista, as relações de mercadoria, de dinheiro e de capital são relações reificadas e, por isso, os seus portadores encontram-se alienados, isto é, ignoram-nas enquanto tais. Eles as encaram apenas por meio das formas identificadas com as coisas que as suportam, portanto, por meio de fetiches.

Mas, afinal, o que, então, está ausente na compreensão de Lapavitsas do modo de produção capitalista? Precisamente aquilo que está implícito nesta famosa passagem do Livro III de *O capital*:

O verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital, isto é, o fato de que o capital e sua autovalorização aparecem com ponto de partida e de ponto de chegada, como mola propulsora e escopo da produção; o fato de que a produção é produção apenas para o capital, em vez de, ao contrário, os meios de produção serem simples meios para um desenvolvimento cada vez mais amplo do processo vital, em benefício da sociedade dos produtores. (Marx, 2017, p. 289).

Em outras palavras, o que está ausente nos textos de Costas Lapavitsas é o capital como sujeito automático, como capital-sujeito. E a consideração complementar de que os seres humanos, em razão da natureza reificadas das relações sociais no capitalismo, tornam-se meros predicados da relação de capital e, assim, do capital-sujeito. E que, por isso, a agência humana que em última análise funda o individualismo metodológico encontra-se suprimida⁹ como tal nos textos de Marx:

Para que essas coisas [ou seja, os valores de uso] se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cujas vontades residem nessas coisas (...). Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato (...) é uma relação de vontade em que se reflete tal relação econômica. (...). As pessoas aqui só existem, reciprocamente, como representantes das mercadorias e, por isso, como possuidores de mercadorias (...). Os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são que personificações das relações econômicas (...). (Marx, 1983, p. 79-80).

⁹ A palavra “suprimida” tem aqui de ser compreendida dialeticamente. A “agência” não é anulada por meio de uma negação absoluta; é, sim, negada porque, devido ao estranhamento e à alienação, está intervertida em “não agência”.

Referências bibliográficas

Choonara, Joseph – Financial times: a review of Costas Lapavitsas, Profit without producing: how finance exploits us all. *International Socialist Journal*, nº 142, 4/2014.

Lapavitsas, Costas – *Profiting without producing: how finance exploits us all*. Verso, 2013.

Marx, Karl – O capital – Crítica da Economia Política. Livro I. Editora Abril, 1983.

_____ – *O capital – Crítica da Economia Política. Livro III*. Boitempo, 2017.

Milios, John e Sotiropoulos, Dimitris P. – *Rethinking imperialism – A study of capitalist rule*. Palgrave/Macmillan, 2009.